



DIVERSIDADES E ADVERSIDADES NA AMAZÔNIA

DIVERSITIES AND ADVERSITIES IN THE AMAZON

Francisco Edson Pereira Leite **1**

João Luiz da Costa Barros **2**

Resenha do livro

A obra intitulada “Amazônias em tempos contemporâneos: entre diversidades e adversidades”, organizada pelas pesquisadoras Jane Felipe Beltrão e Paula Mendes Lacerda apresenta uma série de textos que abordam diferentes temáticas relacionadas a Amazônia a luz da concepção de diferentes pesquisadores.

O livro inicia com três textos introdutórios. No primeiro assinado por Antonio Motta & Jane Felipe Beltrão, os autores fazem uma “Comunicação entre interlocutores via ABA”. A sigla ABA representa a Associação Brasileira de Antropologia (ABA), que de acordo com os autores vem há algum tempo tentando iniciar uma coleção de paradidáticos, pois a produção antropológica no Brasil, ainda fica demasiadamente encerrada nas universidades (p. 7).

Os autores destacam que neste material estão reunidos os trabalhos de autores/as que desenvolvem ações na e pela Amazônia Brasileira, e os mesmos, participante e coordenadoras se dispuseram a submeter e publicar pelo selo ABA rico material sobre as diversidades e em diálogo com lideranças indígenas, interlocução frutífera que, espera-se, continue no futuro incluindo novos interlocutores.

1 Aluno do Doutorado em Educação, PGEDA/UFAM. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6625513148112900>,
ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2535-9995>. E-mail: professor.edsonleite@hotmail.com.

2 Pos Doutor em Educação, FEFF/UFAM, Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6129130317451083>, ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5459-8691>.
E-mail: jlbarros@ufam.edu.br.



O texto seguinte “Amazônias sob novos olhares” assinado por Jane Felipe Beltrão & Antonio Carlos de Souza Lima os autores iniciam seu discurso com uma reflexão sobre as políticas públicas no Brasil, as quais segundo Beltrão e Lima (p. 8) nem sempre contemplam a diversidade de modos de vida presentes no território nacional e, quando se trata de Amazônia ou Amazônias, as dificuldades de considerar as especificidades relativas a direitos étnica e racialmente diferenciados se avolumam.

A redação segue destacando as motivações, dificuldades e também os propósitos que sustentaram a execução do projeto Patrimônio, Diversidade Sociocultural, Direitos Humanos e Políticas Públicas na Amazônia Contemporânea desenvolvido no período de 2011 a 2016 por um coletivo de pesquisadores da PPGAS do Museu Nacional, da UFRJ e o PPGA/UFPA.

Nas palavras de Beltrão e Lima (p. 8) o projeto buscou compreender de forma interdisciplinar as múltiplas estratégias de negociação de identidades que se desenham pelos agentes sociais em face dos contextos de mudança acelerada por que passam os cenários urbanos e rurais da Amazônia na contemporaneidade.

No terceiro e último texto introdutório Jane Felipe Beltrão & Antonio Carlos De Souza Lima tratam das diversidades e adversidades, Amazônias no plural. Aqui é feita uma explicação sobre a organização do livro, o qual é uma coletânea composta por 16 capítulos e é um dos resultados do projeto Patrimônio, Diversidade Sociocultural, Direitos Humanos e Políticas Públicas na Amazônia Contemporânea.

De acordo com os autores o projeto teve como objetivo analisar situações de confronto, conflitos e emergência de grupos étnicos que se transformam, rearticulam ou se consolidam no cenário de mudanças aceleradas que atravessam a Amazônia. (p. 10). Os autores ainda explicam que buscou-se reunir nesta coletânea autores que trabalham temáticas diversas e com experiências que variam desde a docência nos diferentes níveis de formação (do básico ao superior), alcançando gestão de projetos que envolvem museus, serviços de saúde, além da interlocução com movimentos sociais. (BELTRÃO e SOUZA, 2017, p. 10).

PARTE 1: AMAZÔNIA, HISTÓRIA E DIVERSIDADE: Como o próprio título da seção sugere os autores apresentam a uma proposta de discussão em torno de aspectos de algo que seria como uma “história da Amazônia”. Ao mesmo tempo têm o objetivo de problematizar e complexificar as narrativas sobre uma história da Amazônia que tende a ser contada com lacunas, em termos “cíclicos”, ou ainda privilegiando a biodiversidade em detrimento da socio diversidade e da potência de seus coletivos políticos, seus arquivos e suas formas de luta. Nesta parte são apresentados quatro textos a saber:

O texto 1: **Alteridade e consciência histórica: a história indígena em seus próprios termos, por: Rhuan Carlos dos Santos Lopes e Jane Felipe Beltrão**, é uma tentativa de contar a história da Amazônia e/ou de povos indígenas a partir de uma perspectiva descolonial que visa, antes de mais nada, inspirar iniciativas que sirvam à luta dos povos envolvidos. De acordo com Santos e Beltrão (p. 17) a intenção do texto é expor como os povos indígenas constroem sua historicidade, no contexto de suas próprias concepções criadas dentro de suas culturas. Com isso os autores concluem que a historicidade do grupo está permeada pelo tempo cronológico no qual o passado pode estar distante, mas se faz presente constantemente enquanto ensinamento efetuado através de narrativas. (SANTOS e BELTRÃO, p. 24).

O texto 2: **Entre histórias locais e narrativas oficiais: proposta para uma abordagem sobre a ocupação amazônica a partir das escolas, por: Rita de Cássia Melo dos Santos**, tem uma proposta de abordagem sobre a ocupação amazônica a partir das escolas e propõe pensar, a partir de trajetórias de famílias, lideranças e estudantes (entre outros sujeitos), outra forma de compreender a colonização e o “passado” da Amazônia que não aquele da “Terra sem homens”. A autora faz uma discussão envolvendo o paradoxo das narrativas oficiais sobre a ocupação da Amazônia Brasileira e o ocultamento da sua diversidade.

O texto 3: **Comunicação: controle e rebeldia, por: Bruno Pacheco de Oliveira**, argumenta que o “direito de narrar” a própria história, as lutas e as conquistas têm a ver com lei, legitimidade e autoridade (p. 45). Por isso, sua proposta é evidenciar a pluralidade de vozes que devem emergir,

após anos de silenciamento produzido por estratégias como a colonização.

O autor argumenta que o ponto central deste texto é destacar a importância de criarmos canais de diálogo e participação para os movimentos de juventude, pois na percepção de Oliveira (p. 43) uma nova democracia só será efetiva se conseguir incorporar essas vozes.

O texto 4: **Para o Pará e o Amazonas: látex. Notas sobre as pressões e violações no interior da Amazônia na economia extrativista, por: Katiane Silva**, descreve figuras centrais para a compreensão da Amazônia em seus sistemas produtivos e econômicos, como o “coronel de barranco”, o “civilizador” e o “colonizador”, para problematizar o que se pode considerar como sendo a “outra face” do período áureo da Amazônia, com a extração da seringa e outros “ciclos”, que trouxeram inúmeros prejuízos à população nativa e etnicamente diferenciada, submetida a sistemas econômicos e sociais considerados como regimes do terror, invisibilizados ao longo de séculos de história da Amazônia.

Outro ponto que merece destaque neste texto é abordagem sobre o machismo presente nas narrativas históricas, a autora destaca as diversas formas de violência que o “progresso” impôs à parte da população do interior, bem como daqueles que migraram para a Amazônia em busca de uma história diferente (p. 55). Mas também chama a atenção para o fato de que apesar de a figura masculina dominar a literatura acadêmica ou ficcional numa posição de vítima do “inferno verde” e ao mesmo tempo “desbravadora” de uma terra considerada deserta, o trabalho das mulheres seringueiras é fundamental no estabelecimento das famílias nos interiores dos seringais da Amazônia brasileira e da Pan Amazônia. (p. 56).

PARTE 2: MOVIMENTOS SOCIAIS E DE GÊNERO: A segunda parte do livro, intitulada Movimentos Sociais e Gênero, é integrada por três capítulos que levantam temas relacionados aos movimentos sociais, identidade de gênero e sexualidade além discussões sobre igualdade étnico racial.

O texto 1: **Movimentos Sociais e escolas: possibilidades de ação conjunta e de fortalecimento mútuo, por Paula Lacerda**, explora a importância da parceria entre escola e movimentos sociais – como grupo de jovens, associação de moradores, sindicatos, ONGs, clube de mães ou coletivos de muitos outros formatos possíveis – para a garantia de direitos à comunidade. De acordo com as autoras o objetivo final é que possamos compreender a relação próxima entre movimentos sociais e garantia de direitos, compreendendo também o papel da escola nessa relação (p. 82).

O texto apresenta um debate importante sobre a participação social e a constituição federal, e apresentam o significado dos seguintes princípios democráticos: descentralização, participação comunitária, e universalismo. E também aborda a história da mobilização social na Amazônia, contextualizando a partir de dois momentos históricos específicos, como as defesas dos direitos indígenas e a da “luta pela terra”.

O texto 2: **Gênero e sexualidade em sala de aula: um diálogo com estudantes de povos e comunidades tradicionais, por: Camille Castelo Branco Barata e Mariah Torres Aleixo**, é resultado de um trabalho construído a partir de narrativas de estudantes de ensino superior indígenas, quilombolas e agricultoras, salientando a importância de abordar o gênero e a sexualidade como aspectos transversais no ensino-aprendizagem.

As atividades propostas neste rico encontro gerou diversos debates sustentados pelos relatos desta comunidade amazônica que possibilitou a construção de um texto que nos traz reflexões sobre a importância de transversalizar a discussão sobre gênero e sexualidade em processos educativos em todos os níveis, da educação infantil ao ensino superior.

Barata e Aleixo concluem que para a construção de processos educativos democráticos, é necessário valorizar a diversidade que distingue os sujeitos em formação, combatendo preconceitos, discriminações, desigualdades e violências que podem perdurar dentro e fora das salas de aula caso as práticas de ensino–aprendizagem continuem omissas a essa dimensão da vida social (2017, p. 112).

O texto 3: **Povos indígenas e igualdade étnico-racial: horizontes políticos para escolas, por: Jane Felipe Beltrão** apresenta subsídios para o enfrentamento do desafio implicado na construção de uma proposta que fomente a igualdade étnico-racial no ambiente escolar, com potencialidade

de influenciar também para além dos muros das escolas, já que em contínua relação com as comunidades. Assim, lança mão de experiências de diversos povos indígenas, com o objetivo de amplificar e difundir suas conquistas e estratégias.

A autora narra os resultados de um evento denominado primeiro encontro de mulheres indígenas da Amazônia Colombiana. De acordo com Beltrão (2017) o evento trouxe resultados interessantes e, ao mesmo tempo muito parecidos com a situação enfrentada pelos povos indígenas no Brasil.

A temática principal que se percebe no texto diz respeito a preocupação desses povos em manter sua identidade indígena, sem abrir mão dos novos conhecimentos e da modernidade. Porém, de acordo com Beltrão (2017) a violação de direitos étnicos é o grande ponto de atenção de todas as comunidades, pois é movida por atitudes racistas que são cultivadas de forma arraigada, e desmerece a importante contribuição dos povos indígenas a cada um de nós e ao Brasil.

PARTE 3: DIREITOS DIFERENCIADOS: A terceira parte do livro, Direitos Diferenciados, aborda os temas a saber: direitos humanos, educação, cidadania e conduta ética. Estas temáticas são discutidas nos dois capítulos que compõem essa sessão.

O texto 1: **Educação em direitos humanos na escola: subsídios aos docentes e exercício da cidadania, por: Assis Da Costa Oliveira**, neste capítulo, fomenta-se a perspectiva de que a escola, mais do que preparar seus educandos para o “trabalho”, deve assumir um papel ativo no exercício da cidadania, para o que os direitos humanos são ferramenta fundamental. O autor instiga a percepção do leitor com uma série de indagações, as quais segundo Oliveira (2017, p. 133) o objetivo deste texto é trabalhar a mediação dos direitos humanos como ferramenta de qualificação da educação escolar e, ao mesmo tempo, de empoderamento dos sujeitos da comunidade escolar para se apropriarem de conhecimentos e se mobilizarem na luta por mudanças sociais amparadas na justiça social e nos direitos humanos.

Ao longo do texto o autor apresenta de forma muito didática diferentes estratégias de ensino para que professores das diferentes disciplinas possam transversalizar o debate sobre os valores éticos no trabalho com os direitos humanos na educação escolar. Com isso, segundo o autor, as indagações trabalhadas de maneira coletiva, podem sensibilizar os sujeitos para a realidade, para os direitos ameaçados e os determinantes estruturais da vida social que forjaram com que, historicamente, algumas pessoas e grupos fossem considerados menos humanos do que outras, com isso tendo naturalizado ou justificado, inclusive pelo próprio Estado, diversas opressões sociais, as quais, no presente momento, precisam ser desnaturalizadas e trabalhadas enquanto justificativas que provocaram injustiças sociais que necessitam de outro tratamento desde uma análise crítica dos direitos humanos. (OLIVEIRA, 2017, p. 151).

O texto 2: **“Agora, nós é que decidimos”: o direito à consulta e consentimento prévio, por: Rodrigo Oliveira**, o autor discute os princípios do direito à consulta e do consentimento prévio, livre e informado. Tais princípios, conforme explica o autor, são cruciais para a garantia de direitos de povos e comunidades tradicionais e devem ser conhecidos, debatidos e discutidos. Neste processo, a escola possui papel crucial.

Ao ler o texto podemos refletir sobre o direito à consulta e consentimento prévio, livre e informado, instrumento importante para efetivar o direito à autodeterminação dos grupos etnicamente diferenciados. E nos leva a perceber que trata-se de uma conquista de povos que por muito tempo foram subjugados e colocados sob a tutela do Estado, pois eram considerados incapazes de tomar decisões.

O autor destaca que ao longo de 10 anos o Brasil pouco avançou na implementação deste direito. Em muitos casos, a consulta e consentimento prévio, livre e informado não é observado e em outros é transformada em um procedimento meramente formal, conforme denúncias de povos indígenas, comunidades quilombolas e povos e comunidades tradicionais. (OLIVEIRA, 2017).

PARTE 4: PROPOSTAS DE TRABALHO: Nessa etapa temos dois capítulos construídos em torno de relatos de experiências realizadas junto a povos indígenas. Os temas tratados aqui discutem a pesquisa por meio de práticas criativas com a cultura material e diversidade na escola.

O texto 1: **Artefatos para o ensino: a pesquisa por meio de práticas criativas com a cultura**

material, por: Thiago Lopes da Costa Oliveira, apresenta e discute experiências de pesquisas com- partilhadas junto ao povo Baniwa do Alto Rio Negro. O trabalho realizado a partir da cultura material desse povo tem o potencial de articular estudantes e professores de escolas indígenas à comunidade mais ampla, contribuindo para a preservação de seu patrimônio material e imaterial.

O que o autor denomina de “pesquisa com- partilhada” são práticas que articulam as demandas de uma pesquisa antropológica e os interesses locais das comunidades estudadas, com isso, são abordadas as experiências de produção de coleções etnográficas em contextos de pesquisas compartilhadas (OLIVEIRA, 2017).

Ao apresentar sua análise de alguns pontos, como a questão da organização do trabalho e da transmissão do conhecimento, o autor nos leva a perceber que no que se refere às relações entre formas diferentes de conhecimento – a tradicional e a moderna –, é possível articulá-los de forma harmônica. De acordo com Oliveira (2017, p. 185) estas práticas se alinham ao modo local de transmissão de conhecimentos e à organização do trabalho e permitem que jovens em idade escolar tenham contato com o conhecimento dos mais velhos em contextos tradicionais.

O texto 2: **Sobre povos indígenas e diversidade na escola: superando estereótipos, por: Rosiani de Fátima Fernandes,** apresenta reflexões de uma educadora kaingang que possibilitam a ruptura com o ciclo de perpetuação de preconceitos e racismos contra povos culturalmente diferenciados, contribuindo para uma educação que parta do princípio do pluralismo cultural.

Diversidade cultural “refere-se à multiplicidade de formas pelas quais as culturas dos grupos e sociedades encontram sua expressão. A diversidade cultural se manifesta não apenas nas variadas formas pelas quais se expressa, se enriquece e se transmite o patrimônio cultural da humanidade mediante a variedade das expressões culturais, mas também através dos diversos modos de criação, produção, difusão, distribuição e fruição das expressões culturais, quaisquer que sejam os meios e tecnologias empregados. A autora faz muitas reflexões sobre identidade, cultura e povos indígenas, e faz um subtítulo para tratar sobre a história de pessoas, nomes, escolas e preconceito.

Percebemos que o texto tem a clara intenção de discutir as representações estereotipadas sobre os povos indígenas no Brasil, de acordo com a autora, os povos indígenas foram classificados a partir de duas formas: a primeira é a visão romântica que refere aos grupos considerados “aliados”, os taxados como “mansos”. [...] A segunda se refere àqueles que resistiram aos contatos, à chamada “civilização”, por isso são tidos como “selvagens”, empecilhos para o progresso nacional e por isso devem ser combatidos, exterminados, “pacificados” ou “conquistados” (FERNANDES, 2017, p. 198).

Logicamente que concluímos, juntamente com (Fernandes, 2017, p. 198) que ambas são pejorativas e idealizam ou condenam sem considerar a dinâmica das culturas e as especificidades organizacionais destas sociedades, que são orientadas por padrões culturais próprios, diferentes entre si e diferentes da sociedade nacional.

PARTE 5: CAMPO DA DIVERSIDADE E DO PATRIMÔNIO: Na penúltima parte do livro são tratados temas sobre a arqueologia nas terras amazônicas e a necessidade de investimento nesse campo da ciência como forma de compreendermos melhor a história dos povos originários. Os textos desta parte abordam também as interfaces e negociações na implantação da Escola Indígena Pamáali.

O texto 1: **A arqueologia conta histórias, por Clarisse Callegari Jacques,** a autora nos revela as dimensões em que a arqueologia é fundamental não apenas para contar o passado de um povo, como também para sua preservação. Aqui é evidenciado que a arqueologia pode nos auxiliar a conhecer o passado a partir dos vestígios materiais. E com a ajuda dos moradores do local, pois são eles que conhecem melhor a região, os arqueólogos podem contar também algumas histórias. (JACQUES, 2017, p.212).

O conceito de arqueologia é amplamente apresentado neste texto que também relata a participação dos estudantes da comunidade no processo de busca dos sítios arqueológicos e também explana sobre o complexo processo de análise dos vestígios em laboratório.

De acordo com Jacques (2017, p.225) as informações que os arqueólogos conseguem através das pesquisas, dos depoimentos, das histórias e das escavações são ricas, contam sobre o passado

de povos indígenas, imigrantes europeus, e descendentes de africanos, portanto é importante preservar os sítios arqueológicos.

O texto 2: **Política indígena e política escolar: interfaces e negociações na implantação da Escola Indígena Pamáali – Alto Rio Negro**, Laise Lopes Diniz e Luiza Garnele, é resultado do caso concreto de uma escola indígena para apresentar os caminhos e os desafios em torno do qual uma escola indígena pode se constituir. As autoras descrevem o processo por meio do qual a escola conseguiu promover uma nova forma de organização, afastando-se do modelo ocidental ao abrir espaço para que os mais velhos definam os parâmetros que devem orientar a formação dos estudantes.

De acordo com as autoras o Projeto Político Pedagógico da Escola Pamáali congrega os conteúdos habituais a qualquer escola do 6o ao 9o ano, e também os conteúdos oriundos das demandas do movimento indígena. Entre estes destacamos do texto: o desenvolvimento sustentável, política da educação escolar indígena, política indigenista, direitos das minorias étnicas e do movimento indígena (DINIZ e GARNELO, 2017).

As autoras ressaltam em seu texto a seriedade, consistência e continuidade do processo de implantação de uma escola indígena verdadeiramente diferenciada. Diniz e Garnele (2017, p.244) afirmam que este trabalho foi somente a veracidade da tentativa que nos permitiu vislumbrar as surpresas, impasses, imprevistos e contradições que ocorrem quando se tenta efetivar políticas etnicamente adaptadas e para – como diriam os Baniwa/Coripaco – aprender a fazer, na prática, uma escola indígena.

PARTE 6: POVOS INDÍGENAS E SAÚDE: Concluindo o livro temos dois textos sobre o tema que vem se mostrando, ao lado da educação, um dos maiores desafios para à garantia de direitos de povos e comunidades etnicamente diferenciados. O primeiro texto vai apresentar uma experiência de formação de agentes comunitários indígenas de saúde, à luz das políticas públicas de saúde e da promoção da diversidade cultural, enquanto o último texto aborda a saúde indígena e diversidade no Brasil.

Cabe ainda destacar que há, em cada um dos capítulos, propostas de atividades que podem ser realizadas pela professora ou pelo professor em sala de aula, junto aos estudantes e à comunidade. Acredita-se que as escolas possuem papel fundamental na construção da cidadania e esperamos estar contribuindo para visibilizar, difundir e ampliar as inúmeras formas de fazer que são realizadas em espaços escolares diversos. Espera-se que a diversidade se sobreponha às adversidades do dia a dia na escola e apresente as Amazônias de seus protagonistas.

O texto 1: **A experiência de formação de agentes comunitários indígenas de saúde, à luz das políticas públicas de saúde e da promoção da diversidade cultural, por: Luiza Garnele Sully Sampaio e Ana Lúcia Pontes**, as autoras relatam a experiência do curso técnico profissionalizante de Agentes Comunitários Indígenas de Saúde do Alto Rio Negro, no Amazonas. Diante das dificuldades que atravessaram o trabalho, as autoras enfatizaram o desenvolvimento de ações de saúde junto àquele povo indígena em particular de modo culturalmente sensível, valorizando a diversidade cultural e a riqueza dos modos indígenas de viver.

O texto inicia tratando da concepção e prática do processo formador, as autoras abordam ainda a matriz curricular do curso técnico profissionalizante de agentes comunitários indígenas de saúde do alto rio negro. O contexto local de realização do curso é também evidenciado em um dos subtítulos.

Ao tratar da temática interfaces entre vigilância em saúde ambiental e vigilância alimentar e nutricional Sampaio e Pontes (2017, p.252) evidenciaram que o acesso à alimentação diretamente obtida da natureza ainda é expressivo, mas vem se reduzindo gradativamente nas aldeias. Por fim, enfatizam o compromisso do curso com a elevação da escolaridade dos agentes de saúde, tal como preconizado pela política de educação escolar indígena. (SAMPAIO e PONTES, 2017).

O texto 2: **Saúde indígena e diversidade no Brasil plural, por: William César Lopes Domingues**, se debruça sobre a legislação do Sistema Único de Saúde (SUS), parte do princípio da equidade, para então apresentar a diversidade de práticas de saúde e corpo que devem ser conhecidas e respeitadas, tema em que as escolas têm função central. Inicialmente o autor chama a atenção para o fato de que apesar da dimensão geográfica e todas as diversidades do Brasil, nosso

sistema de saúde pública é universal e presta assistência à saúde de todos os brasileiros.

O autor aborda em seu texto as nuances dessa complexa articulação entre o SUS, os Conselhos de Saúde Indígenas e as lideranças de cada comunidade, e nos leva a perceber que tratar-se de um assunto é vasto e as possibilidades de abordagens são amplas. De acordo com Domingues (2017) o intuito deste texto é mostrar a diversidade do tema em questão e de abrir possibilidades para que os professores pensem em aplicações considerando essa multiplicidade de alternativas.

Referências

BELTRÃO, Jane Felipe. LACERDA, Paula Mendes (org.). *Amazônias em tempos contemporâneos: entre diversidades e adversidades*. 1. Ed. – Rio de Janeiro: Mórula, 2017.

Recebido em: 23 de janeiro de 2022.

Aceito em: 21 de março de 2022.